O local e o global: um estudo sobre trabalhadores muçulmanos no contexto de transnacionalização econômica (2010-2020)

The local and the global: a study about Muslin workers in a context of economic transnationalization (2010-2020)

Fagner Guglielmi Pereira[1]
Suzane Conceição Pantolfi Tostes[2]

RESUMO: Este artigo busca examinar a migração de trabalhadores muçulmanos para o município de Francisco Beltrão-PR entre os anos de 2010 e 2020. Eles promovem deslocamento de lugares como Bangladesh, Senegal e Somália e engajam-se em plantas produtivas como as da *BRFfoods* que terceirizam a produção *Halal* para a exportação da carne de frango. A partir deste arranjo socioeconômico, busca-se estudar como vivem os imigrantes refugiados mobilizados para trabalhar neste setor. Na tentativa de avançar sobre o tema *Trabalho e migração* buscamos considerar três movimentos correlacionados: i) o *local* como lugar de (des)encontros históricos; ii) o *global* com o objetivo de fornecer elementos para considerar a constituição de cadeias produtivas locais aos circuitos globais do capitalismo; iii) o *transnacional* no diálogo contraditório entre *local* e *global* e suas tensões e perspectivas para aqueles que vivem relações sociais de produção a partir do desenvolvimento econômico de pequenas cidades do interior do Paraná.
PALAVRAS-CHAVE: Migração, Trabalho, Industrialização.

ABSTRACT: This article seeks to expose research results on the migration of the Muslim workers to the city Francisco Beltrão-PR between 2010 and 2020. The migrants arrive to Brazil, São Paulo-SP and Rio Branco-AC, from places like Bangladesh, Senegal and Somalian. They are slaughterhouses workers for halal's companies and are employment in the BRF*foods* factories. Halal´s Companies such as *CDIAL-Halal* outsource meat and labor management. These companies are associations with Islamic outreach centers in the Brazil. Based on this socioeconomic arrangement, we study how refuges live and work in the city. For that, we consider three processes in the Francisco Beltrão-PR social formation: i) The local like historical places of meetings and disagreements of different social groups; ii) The global in the local productive process based chicken foods for export to Meddle East, European and African continent; iii) The transnational contradictory dialog between local and global in a peoples relationships (migrants and indigenous) and news social relations of production in the towns of the Paraná.
KEYWORDS: Migration, Work, Industrialization.

1 Introdução

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Campus Marechal Cândido Rondon. Mestre em História Social pela mesma instituição. E-mail para contato: fagnerguglielmipereira@gmail.com.
[2] Doutoranda em História Social pelo programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Campus Marechal Cândido Rondon. Mestre em História, Estado e Poder pela mesma instituição. E-mail para contato: suzanepantolfi@gmail.com.

O Sudoeste do Paraná[3] é uma região marcada por diferentes sujeitos sociais. Comunidades originárias como os *Kaigángs*, remanescentes de quilombolas, luso-brasileiros e migrantes sulistas de origem europeia constituem, de maneira geral, a formação social do lugar. Recentemente, haitianos, venezuelanos e imigrantes afro-asiáticos migraram de seus países para os municípios que integram essa região. As experiências de diferentes povos com signos, códigos, linguagens, idiomas e tradições distintas definem, por assim dizer, espaços de identificação, bem como o lugar que ocupam na divisão do trabalho e suas correspondentes divisões sociais fora dele.

A recente migração de trabalhadores muçulmanos apresentou um ponto de inflexão para a História Regional e do Tempo Presente. Dessa condição de longa duração decorre a "circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em mesma temporalidade, que, por assim dizer, 'não terminou'" (WOODVARD, L. apud FICO, C., 2012, p. 45). Em especial quando se trata de um lugar marcado historicamente por mudanças provocadas por deslocamentos humanos.

A partir de 2010, jornais de pequena e grande circulação[4] passaram a registrar a mobilização de caribenhos, africanos e asiáticos para pequenas cidades do interior do Paraná. Nelas, Mussalas e Mesquitas foram organizadas em lugares predominantemente cristãos. Trabalhadores muçulmanos passaram a frequentar espaços públicos e comerciais, bem como a alugar casas em bairros operários. O convívio com o diverso criou a necessidade de constituir campanha para inclusão social nos espaços públicos como os colégios, hospitais e lugares de lazer. As diferenças que mobilizaram a impressão dos nativos sobre os imigrantes e dos imigrantes sobre os nativos, decorrentes das novas rotas de migração, é a mesma que nos motivou observar a História Social do município sob perspectiva das diferenças dos grupos que historicamente o compõe.

[3] O Sudoeste do Paraná é uma mesorregião composta por 43 municípios divididos em três microrregiões: Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema. O município mais populoso é Francisco Beltrão, com população estimada de 92.216 habitantes, e o menos populoso, Boa Esperança do Iguaçu, com população estimada de 2.470 pessoas, segundo projeções populacionais de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991).

[4] Ver: PEREIRA, 2015; BAGGIO, 2017.

De maneira a examinar o contexto ao qual os imigrantes se inserem, destacamos quatro momentos da história social do município de Francisco Beltrão: 1) Migração e colonização do lugar (1943-1957); 2) Apropriação e formação de pequenas propriedades rurais e trabalho familiar (1960-1980); 3) Formação do proletariado e da instalação de frigoríficos (1980-2000); e 4) Presença de trabalhadores imigrantes diante o crescimento da exportação da carne de frango (2000-2020). O procedimento da pesquisa seguiu este itinerário: a) Levantamento bibliográfico sobre o tema da colonização e da imigração recente; b) Levantamento de fontes (entrevista, diário de campo, acompanhamento *in loco* nos espaços de sociabilidade, registros fotográficos); e c) Relatórios da BRF*foods*.

O método para exame das fontes se insceve naquilo que E. P. Thompson definiu como "História vista pelos debaixo" acerca de abordagem "comparativa" (THOMPSON, 2012). Neste sentido, busca-se com apoio da antropologia e a história social referência teórico-metodológica para abordar os fenômenos da migração contemporânea em sua dimensão local e global. Pode-se dizer que este movimento está integrado à história do capitalismo recente e se estabelece em localidades de maneiras diferentes – mas sob dinâmicas totais de produção como, por exemplo, a ligação do capitalismo industrial aos sistemas financeiros formando *trusts* e conglomerados econômicos (LENIN, 2020). Partindo de Lênin (2020), considera-se o seguinte: como as leis gerais do capitalismo atuam sobre as pessoas e como elas reagem às situações desfavoráveis: desterro, ressocialização, exclusão, exploração do trabalho e ao racismo?

Sob o *status* de refugiado ou solicitante de refúgio, os imigrantes trabalham e vivem no Brasil apesar da condição de vulnerabilidade social. A migração para fora dos países de origem é estimulada pela condição familiar, religiosa e pelo Estado. As remessas enviadas dos países de destino para os de origem são significativas. Para Bangladesh, o envio das remessas correspondeu 5,67% do PIB de 2018, para o Senegal, 10,4% e, para o Paquistão, 6,73% do PIB no mesmo ano (THE WORLD BANK, 2019). As remessas bancárias são importantes para economias localizadas em pequenas vilas como *Baladxaawo*, onde nasceu

Hashim[5] - próximo à capital da Somália - e *Mogadisho* ou *Mbenguene*, da província de *Kebemer* no Senegal, onde viveu Ibra Mbengue até 2015[6]. Elas se integram a grandes agências de transferências bancárias como a *Western Union Co*, que converte as moedas locais (do país de destino ao país de origem) ao sistema financeiro global dolarizado. Neste sentido, a mobilização de trabalhadores imigrantes muda tanto a composição socioeconômica do lugar de origem como a do lugar de destino.

Entre os trabalhadores que vivem mais fortemente o desajuste causado pela expansão do capitalismo, pode-se destacar bengaleses, senegaleses, somalis e paquistaneses. Eles formam um grupo de pessoas que trabalham e compartilham rotas comuns de migração e ocupações no setor agroindustrial, o qual é historicamente marcado pela rotatividade de trabalhadores, intensificação e precarização do trabalho (BOSI, 2011; GRANDO, 2013). Migração e trabalho precário parecem estar incrustados na experiência dos imigrantes, ainda que faltem estudos sobre sua inserção na dinâmica atual da flexibilização do trabalho.

Neste cenário, a manutenção da perspectiva de Segurança Nacional ainda faz algum sentido, já que os trabalhadores imigrantes integram as economias globais de modo a favorecer a exportação da produção local? Destacar os limites do paradigma sobre a perspectiva da Segurança Nacional é também ressaltar a necessidade de enfrentar o problema da migração como problema epistemológico. As relações econômicas cada vez mais globais exigem a capacidade de abordar o problema a nível internacional e nacional, no local onde são "salientes as marcas do estranhamento, da alteridade, do enfrentamento dos nós e os outros" (BAENINGER, R. 2017, p. 28).

O avanço das relações de produção e de consumo não correspondem necessariamente à integração social, assim como crescimento econômico não se correlaciona automaticamente ao desenvolvimento social. Novos mercados e divisões internacionais do trabalho, as migrações contemporâneas e novos vínculos sociais se

[5] HASHIM, H. Entrevista realizada nos dias 10/02/2020; 29/02/2020 e 04/03/2020, aproximadamente 5 horas.
[6] MBENGUE, I. Entrevista realizada em janeiro de 2019 e em 30/06/2020.

conectam aos recentes padrões de desenvolvimento econômico global. "Neste contexto, a análise das migrações internacionais e a própria construção do fenômeno social requer a sua articulação escalar transnacional" (BAENINGER, R. 2017, p. 13).

Por transnacional, entendemos um conjunto de condições econômicas e sociais: migração do lugar de origem, de passagem e de destino e as redes - tanto econômicas como sociais - que se constituem com as migrações em nível local, nacional e internacional diante do atual contexto de globalização (DE HASS, 2005 apud BAENINGER, 2017). Este modo de vida é próprio da mudança nas relações de produção capitalista. A relação entre produção, consumo e circulação de pessoas, cada vez mais globais, exigem que trabalhadores experimentem constantes processos migratórios para o emprego. Neste processo, se constitui vínculos afetivos, políticos e econômicos que transcendem o Estado-Nação. É um contexto onde a integração econômica em escala global produz (re)arranjos sociais entre a particularidade e o todo. Contudo, o legislado se estabelece com dificuldades (SPRANDEL, 2015, p. 41-54), especialmente em localidades dominadas por empregos rotativos e mal remunerados.

Partindo de Lênin (2020) sobre a tendência ao monopólio da economia imperialista e sobre a premissa de que a integração econômica deve produzir cada vez mais desempregos, crises e ondas migratórias, o texto tem por objetivo expor os resultados da pesquisa em quatro partes: i) Local: a formação social local e a necessária descolonização. Neste ponto buscamos discutir a partir das tensões, conflitos e contradições, o papel das migrações para a formação de municípios do interior do Paraná como Francisco Beltrão; ii) Global: A formação do monopólio BRF*foods* e o fortalecimento da produção *Halal*[7]. Neste tópico buscamos destacar, com o objetivo de caracterizar a expansão da exportação da carne de frango, o domínio da BRF*foods* no setor e sua correlação com políticas Estatais de subsídio à medida em que fortalece sua atuação no mundo; iii) Transnacional: experiências de (des)integração social. Neste ponto buscamos examinar como tais arranjos econômicos

[7] *Halal* significa benção em árabe. *Halal* é oposto de Haram, que significa impuro ou pecado. As empresas *Halal* buscam desenvolver procedimentos produtivos de acordo com normas higiênico-religiosas previstas na tradição religiosa dos povos muçulmanos.

se constituem a medida em que articulam-se tradições e modos de viver de localidades distintas ao universo social do interior do Paraná. Como a aproximação entre afro-asiáticos e os brasileiros nutrem diferenças próprias do movimento recente de integração econômica global em curso; e iv) Conclusões: apresentamos um conjunto de problemas e possibilidades, entre a exploração do trabalho e preconceitos, por um lado, e a solidariedade de vizinhança e de integração social, por outro, tendo o acesso aos direitos sociais, humanos e do trabalho como referência para lidar com as relações sociais transnacionais e seus efeitos.

2 Local: formação social e a necessária descolonização municipal

Em 1943, com a constituição da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), o Sudoeste começou a ser ocupado por imigrantes sulistas. Descendentes de italianos, alemães, poloneses, belgas, promoviam deslocamentos de cidades superpopulosas, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em "Marcha para o Oeste". O objetivo das pessoas que migravam era atingir o Sudoeste do Paraná com a promessa de ter acesso à terra boa para o cultivo, necessária para a reprodução social das famílias dos colonos (WACHOWICZ, 1987; LAZIER, 2003).

Contudo, a região era habitada por "caboclos" e indígenas da etnia *Kaigáng* (ZATTA, 2016). Os "caboclos", de maneira sedentária, e os *Kaigángs*, com o modo de vida seminômade, integravam-se a mesma comunidade disposta em corredores migratórios entre São Paulo, Paraná, Oeste de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. A integração do "caboclo" à natureza abundante e ao modo de vida dos indígenas *Kaigángs* passavam a impressão - em quem chegava – de haver "vazios demográficos", o que justificaria a constituição de colônias para explorar abundantes recursos naturais: madeira do pinheiro araucária e a terra para a agricultura de subsistência e de excedente comercial (WACHOWICZ, 1987).

A chegada dos colonos colocou um ponto de intersecção aos indígenas que viviam de maneira esparsa na região. Essa região estava em litígio desde a tentativa malograda de formação do Estado do Iguaçu entre p final do século XIX e início do século XX, da Guerra

do Contestado (1912-1916) e, sobretudo, das indefinições geográficas conforme o avanço dos interesses da exploração da madeira do pinheiro araucária pelos ingleses, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Divisões geográficas e acordos tácitos entre "caboclos" (luso-brasileiros), "índios" (Kaigángs) e "gringos" (descendentes de europeus)[8] foram firmados no período entre guerras, durante a formação do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), período de colonização do Sudoeste do Paraná (WACHOWICZ, 1987).

Os "gringos" que iam chegando, a partir de 1940, foram se alocando à margem direita do Rio Marrecas e os "caboclos" localizavam-se ao lado esquerdo do rio (GHISI, 2016, p. 86-87). Alguns atributos culturais e costumes - como a hospitalidade dos "caboclos", a organização do trabalho familiar pelos "gringos" e mutirões de trabalho pelos indígenas - possibilitaram, em alguns casos, a constituição de casamentos e compadrios. Isso contribuiu para assentar, de maneira tácita, o convívio, dissimular diferenças e reprimir conflitos com o outro.

O contato entre os três grupos foi se estabelecendo, em primeiro lugar, pela necessidade, e, de modo seguinte, em torno da organização da CANGO e do serviço público oferecido pela Colonizadora, a qual foi criada em 1943 e vinculada ao Ministério da Agricultura. O processo de definição das pequenas propriedades fragmentou o acesso dos *Kaigángs* do sul para o sudeste, cada vez mais condicionados às reservas criadas.

A partir de 1950, os conflitos de demarcação de terras recrudesceram. A busca por racionalizar o espaço se desenvolveu de maneira arbitrária à medida que se substituía um modelo de demarcação tácito pelo oficial. Novas fronteiras eram definidas pelo papel do Estado. Dessa prática, resultaram inúmeras tensões entre "caboclos", que já viviam na região, colonos (migrantes) e os indígenas. A CANGO despendia esforço significativo, representado em "ordens de serviço", comunicação com inspetores locais para assegurar

[8] Esses termos eram culturalmente empregados às pessoas com passado comum definido por costumes comuns, academicamente utilizado por Ruy Wachowicz em seu livro "Paraná, sudoeste: ocupação e colonização" (WACHOWICZ, 1987) para tratar do encontro de grupos diferentes no processo de ocupação. O desuso desses termos deve-se ao fato da consolidação de uma memória oficial em torno de suposta unidade municipal. Porém, ainda nos serve para caracterizar, no tempo e no espaço, as relações entre os sujeitos e a história de apropriação do lugar.

os lotes de 20 alqueires a cada posseiro que chegava. A indefinição de fronteiras de terras abstratas proporcionou fraudes como vendas de terras e lotes de pessoas já assentadas. Por outro lado, a maioria das pessoas não cadastradas recorriam ao Estado, representado pela Colonizadora e pelo Ministério da Agricultura, para ter acesso às terras e serviços públicos oferecidos (GUGLIELMI PEREIRA, 2015).

Pode-se dizer que este ambiente favoreceu a tensão entre o "tradicional", representado pelos costumes dos "caboclos" e indígenas, e o "novo" que se apresentava no modo de vida sulista dos "gringos". Indefinição das marcações de terras, destituição de modos tradicionais de vida e de trabalho, e, sobretudo, interesses de companhias de privatização de terras, como a CITLA (Companhia Industrial e Territorial LTDA) e a APUCARANA, formaram o contexto para que eclodisse, em 1957, a "Revolta dos Posseiros" (LAZIER, 2003, p. 150-151).

As diferenças entre "gringos" e "caboclos", em especial, foram sendo atenuadas a medida em que se constituía uma imagem "dos de fora" associada à privatização das terras dos posseiros representada pelos grileiros. Logo, a vitória dos posseiros reforçou a ideia de povo com passado comum que se vinculava ao trabalho no campo, tendo a "Revolta dos Posseiros" como marco unificador dos diferentes em Francisco Beltrão, ainda que houvesse, entre os dirigentes assentados ao núcleo urbano (formado em 1952), apoiadores dos grileiros e das Companhias de Terra.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) atuou por via da GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), a partir da Revolta, com o objetivo de tornar a posse das terras em pequenas propriedades rurais. O GETSOP distribuiu 43.383 títulos de propriedade de terras, sendo 12.413 urbanos e 30.970 rurais (LAZIER, 2003, p. 152).

Desde o início dos anos de 1950, no lado direito do Rio Marrecas, historicamente ocupado por migrantes sulistas, se foi incrementando instituições públicas: prefeitura, câmara de vereadores, fórum. Ao redor da Igreja Católica formou-se um pequeno centro comercial e a praça municipal passou a ser, também, memorial da "Revolta dos Posseiros".

Com o passar de alguns anos, aquele lugar passou a ser reconhecido como centro urbano da cidade, com predominância numérica e cultural dos sulistas.

Nas décadas posteriores, a cidade foi marcada por uma divisão social, de modo que a Prefeitura, junto à Câmara de vereadores, pudesse representar interesses de pequenas indústrias que se instalavam na região. Terrenos e galpões industriais passavam a fazer parte da paisagem local de maneira a definir os espaços da produção (lugar historicamente ocupado por "caboclos" ou migrantes empobrecidos) dos espaços administrativos (lugar historicamente ocupado por migrantes sulistas). Neste período, houve um crescimento das ocupações urbanas (em decorrência de mudanças no modo de produzir no campo e na cidade), das ocupações assalariadas e o aumento de financiamentos bancários para incremento agrícola. Paralelamente a este movimento, entre os anos de 1980 e 1990, cresceu o número de habitantes nos bairros de trabalhadores ao redor do centro urbano da cidade (IBGE, 1991)

Em 1983, foi implantado o Frigorífico da CHAPECÓ e parte da juventude trabalhadora rural foi absorvida por ele. Em menos de duas décadas, o lugar que fora apropriado através dos conflitos originários e das lutas dos posseiros, foi sendo progressivamente desapropriado, a medida em que aquilo que se produzia tradicionalmente detinha pouco valor no mercado. É certo que este fenômeno social, pouco trabalhado na História Regional sob a perspectiva da experiência das pessoas comuns, tenha constituído o proletariado urbano que hoje é o extrato social mais significativo e importante da cidade, acerca da oferta de força de trabalho e do consumo.

Em 1991, a SADIA, rede de frigoríficos bem consolidada em lugares como Chapecó (SC), Concórdia (SC), Toledo (PR) e Dois Vizinhos (PR), comprou as instalações da CHAPECÓ. Novos maquinários foram implementados, incluindo uma linha de abate de perus, em 1996. Este segmento econômico desenvolveu-se paralelamente às ocupações de espaços urbanos (formais e informais) que ampliavam a malha urbana da cidade. Formaram-se novos bairros. Atualmente este lugar é conhecido como "Cidade Norte". Ruas ganhavam nomes de lugares distantes - como a Rua Singapura, Rua Japão, ou Rua Tailândia - e bairros eram associados a outros planetas como o Bairro Júpiter ou o Bairro

Plutão. Ali, se constituiu o Conjunto Habitacional Sadia, o qual recebia o nome da empresa que vinha de fora da cidade.

A heterogeneidade dos bairros ressaltava diferenças entre um lugar de "gente de todos os tipos" dos lugares do centro urbano, ocupado por herdeiros dos pioneiros descendentes de europeus. Foi nesse contexto de afirmação política e apropriação territorial que a narrativa nacionalista conferiu maior significado político para os trabalhadores destes bairros. Por um lado, pela perspectiva exótica conferida dos centros administrativos aos bairros operários por sua heterogeneidade étnica e cultural, por outro, o nacionalismo como perspectiva de pertencimento dos trabalhadores aos centros administrativos. O exército, como elemento recrutador da juventude trabalhadora rural, também contribui para isso, já que passou a ser espaço de transição daqueles que vinham do campo e passavam a integrar a cidade depois do recrutamento. Geralmente, ocupavam bairros com lote e moradia mais baratos se comparado ao centro urbano.

Entre 1990 e 2000, os frigoríficos foram desenvolvendo sistema de integração aos bairros a partir da moradia, de campanhas publicitárias e esportivas, festas e na educação formal dos trabalhadores. A formação do proletariado, apropriação do espaço, autoafirmação social e extensão de direitos sociais marcou a experiência das pessoas a ponto daquela época ser reconhecida, por trabalhadores dos frigoríficos, como o "tempo bom da Sadia". Isso em comparação com a sucessora BRF*foods*, que passou a atuar, a partir de 2009, por meio da fusão dos frigoríficos Sadia com os da Perdigão. A partir de então os mercados se expandiram. O consumo da carne de frango aumentou, sobretudo em países da Ásia e da África, à medida que o trabalho se intensificou e os vínculos com a empresa foram se tornando cada vez mais impessoais. Recrudesceram-se migrações pendulares de habitantes de comunidades rurais e de cidades menores. Em decorrência disto, enfraqueceu-se o vínculo dos bairros operários com o frigorífico.

A expansão global de marcas regionais como a Sadia e a Perdigão, através da BRF*foods*, levou à formação de nova fração do proletariado urbano: trabalhadores muçulmanos. A presença desses trabalhadores cresceu a partir da segunda década deste século e é uma experiência compartilhada por pequenas cidades do Sudeste e Oeste do

Paraná, tais como: Dois Vizinhos, Itapejara do Oeste, Francisco Beltrão, Pato Branco, Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Publicamente, os trabalhadores muçulmanos aparecem em centros religiosos conhecidos como Mussalas ou Mesquitas. Esses locais estão vinculados às empresas prestadoras de serviços *Halal* e associados a Centros de Divulgação Islâmica, como a empresa *CDIAL-Halal*, sediada na Arábia Saudita, e a *CIBAL-Halal*, do Egito (MEJÍA; AREND, 2019). Essas empresas prestam serviços de sangria e recrutam trabalhadores refugiados como força de trabalho. A associação da religião com a produção da carne produziu novos vínculos com o espaço e com os nativos a partir do *status* jurídico de solicitantes de refúgio, da sociabilidade do bairro e no trabalho industrial.

Em 2015 constitui-se uma pequena mesquita onde os trabalhadores encontram-se nas sextas-feiras para orar a *Allah*. A mesquita fica localizada entre um centro espírita e a igreja católica do bairro, de modo que a convivência com o diferente não seja incomum e nem empecilho para aqueles que residem no lugar.

Este movimento de integração econômica, desintegração e reintegração social não é exclusivo de Francisco Beltrão. Em cidades serranas do Rio Grande do Sul, como Caxias do Sul e Lajeado, há um significativo movimento de trabalhadores muçulmanos, em especial senegaleses, vinculados aos frigoríficos, às fábricas de móveis e ao comércio ambulante. Este movimento cresceu a partir de 2012 e, atualmente, cerca de seiscentos trabalhadores ocupam espaços da cidade onde realizam festas muçulmanas, como *Tauba*[9]. Eles reivindicam espaços de memória afro-islâmica em cidades tradicionalmente ocupadas por descendentes de europeus (LIA; COSTA, 2018, p. 194). Esse elemento tem contribuído para a diversificação cultural de pequenos lugares ao reproduzir maneiras diferentes de enxergar o mundo e as pessoas, ainda que as práticas sejam estranhas à hegemonia cultural. Instituições foram criadas em *dahiras*[10] (círculo de pessoas, em árabe) e associações

[9] Cidade religiosa situada no Senegal e lugar de encontro do grupo religioso muçulmano *Mauride*, cujo Imã foi o Cheik Ahmadou Bamba (1853-1927).

[10] *Dahiras* são grupos de pessoas ligadas à tradição muçulmana e às confrarias *Mouride*, segmento específico dos senegaleses do noroeste do Senegal, provenientes de região próxima à cidade sagrada de *Touba*. Os

senegalesas articuladas aos arranjos econômicos de pequenas cidades (MEJÍA; AREND, 2019). Frigoríficos pequenos têm mobilizado força de trabalho de imigrantes refugiados para ocupar posições rotativas, como é o caso do setor de sangria. Os trabalhadores muçulmanos realizam procedimento higiênico-religioso, baseado em prescrições religiosas, o que habilita essas fábricas a vender seus produtos para o mercado trilionário *Halal* (TEDESCO, 2018).

Entre o migrar e o estabelecer-se no lugar de trabalho, os imigrantes buscam apoio em redes de contato informais, valendo-se de relações religiosas dadas *a priori* e reconstituídas a medida em que experimentam as migrações e as condições de trabalho em que se inserem. Neste sentido, os muçulmanos, especialmente os vinculados às *tariqas sufis*[11], constituem redes de trabalho e migração com o advento de novos meios de comunicação como o *Whatsapp* e o *Facebook* (DIAZ, 2017).

Além disso, vínculos pregressos entre indivíduos de um grupo menor aos de uma nacionalidade ou idioma em comum também fazem parte deste roteiro que dá corpo ao movimento religioso-econômico dos Centros de Divulgação Islâmica no Brasil. Eles são representados por pequenas empresas de prestação de serviços e fornecimento de mão de obra para a produção de mercadorias *Halal*.

3 Global: A formação do monopólio BRF*foods* e o fortalecimento da produção *Halal*

"Somos a empresa BRF S.A, companhia global de alimentos com DNA 100% brasileiro e presença em mais de 130 países [...]. Nosso time soma mais de 90 mil pessoas de 98 nacionalidades" (RELATÓRIO BRF*foods,* 2009). Com esse *slogan* o monopólio de produção de carne de frango BRF*foods* abriu o relatório de produtividade do ano de 2019.

Em 2009, Sadia e Perdigão organizaram-se em torno da BRF*foods*, dominando o setor de produção de carne de frango. O sistema teve início nos anos de 1970 e atendeu

vinculos do lugar se estabelecem basicamente pela religião, mas também exerce função de apoio financeiro e de hospedagem aos imigrantes que chegam às cidades associadas à confraria.

[11] *Sufismo* é uma prática mística própria de cultos heterodoxos comum entre os muçulmanos da África Subsaariana, dado o sincretismo cultural entre a cultura tradicional africana, dança e música, e a influência dos árabes durante a expansão comercial pelo Sahel entre os séculos VIII ao XV.

fundamentalmente o mercado interno até meados dos anos 2000. Da primeira para a segunda década deste século, a ampliação do sistema de integração do frango promoveu também a expansão das exportações para países orientais, especialmente para a China, Arábia Saudita, Irã e alguns países do norte da África.

Em 2012 a BRF*foods* era a 4ª maior marca de exportação de proteína animal. Em 2011, a empresa ocupava a 9ª posição. Em menos de um ano, adiantou 5 posições no ranking (SHARMA, 2016, p. 15). Este salto produtivo está relacionado à expansão de produtos alimentícios que a empresa atualmente encaminha aos entrepostos comerciais no norte da África, África do Sul, Ásia e Arábia Saudita, onde pretende investir R$ 120 milhões entre os anos de 2020 e 2021, com a instalação de mais uma planta produtiva (RELATÓRIO BRF*foods,* 2019).

A empresa vale-se de recursos físicos e humanos de regiões do Brasil ligadas a agropecuária, como o município de Francisco Beltrão-PR. A ocupação do lugar está assentada em pequenas propriedades rurais, tendo o trabalho familiar, e a experiência em criação de pequenos animais, dinâmica de produção pautada em integração vertical que passou a ser organizado a partir da segunda metade do século, no Oeste catarinense (DALLA COSTA, 1997, p. 135-138). Em Francisco Beltrão, o sistema de integração vertical foi formado em 1983, com o frigorífico da CHAPECÓ, e, depois, ampliado em 1991, com o Sadia. As fábricas passavam a integrar a gestão centralizada dos seguintes processos: i) aviários de galinhas poedeiras; ii) incubação de ovos; iii) transporte de pintinhos para os aviários; iv) engorda; v) transporte para a produção fabril, vi) industrialização; vii) transporte para o consumo; vi) distribuição nacional e; vii) distribuição internacional (exportação). Neste processo, a cadeia avícola associa trabalhadores de ramos diferentes dispostos no campo e na cidade: colonos, trabalhadores familiares rurais, diaristas (como catadores de frango), caminhoneiros e operários das fábricas.

Uma década depois da fusão da marca Sadia e Perdigão, a BRF*foods* passou a ter 34 plantas produtivas, com 21 centros de distribuição no Brasil, 5 plantas produtivas e 25 centros de distribuição fora do Brasil. A empresa é líder na exportação da carne de frango, com 12% dos negócios no segmento. Possui a liderança na exportação para o mercado

asiático. (RELATÓRIO BRF*foods,* 2019, p. 13). O monopólio da produção de proteína animal é impulsionado por fundos públicos de investimento, como os fundos de pensão que ligam a produção da carne da BRF*foods* com o sistema financeiro, alavancando a exportação da mercadoria para o mercado consumidor internacional (SCHLESINGER, 2016, p. 19). Também oferecem subsídios e recursos orçamentários que permitem a renegociação e o perdão de dívidas junto aos órgãos do Estado que são financiados pelo setor (MINEIRO, 2016, p. 22-23).

Para o ano de 2020, o planejamento da empresa é o de buscar "mercados-chaves". Um deles é a certificação *Halal*, a medida em que o consumo de carne de frango se expande para regiões muçulmanas:

> A empresa mantém uma subsidiária responsável pelo atendimento direto à demanda por alimentos do mundo muçulmano. Com sede em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, atende um universo de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo, concentradas no Oriente Médio e Norte da África, no Sul e Leste asiáticos, na região do Golfo e na Turquia (RELATÓRIO BRF*foods*, 2019, p. 38).

Na perspectiva do mercado global de produtos brasileiros, cresce a participação da produção *Halal* para o mercado consumidor muçulmano, o qual se constitui como "público alvo" da empresa, no sentido de expandir os negócios para o Oriente. No Brasil, a manufatura da carne de frangos e bovinos para o consumo deve seguir as prescrições *Halal* e, preferencialmente, ser manejada por muçulmanos. Por isso, a sangria de alguns destes frigoríficos é gerenciada por pequenas empresas vinculadas a Centros de Divulgação do Islã no Brasil, como, por exemplo, a *CEDIAL-Halal,* que terceiriza o abate do frango integrado à planta produtiva BRF*foods* e em frigoríficos menores. Esse é o caso da COPAGRIL, em Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Paraná, ou do Grupo Vibra Agroindústria, em Itapejara do Oeste, no Sudoeste. O abate *Halal* corresponde a 80% da produção para exportação da planta produtiva da BRF*foods* de Francisco Beltrão.

É neste contexto que imigrantes, muitos deles solicitantes de refúgio, empregam-se nestes setores. Este é o caso de trabalhadores bengaleses como Abuh[12], 45 anos, que migrou de Bangladesh no ano de 2015, Mabuey, 28 anos, que se deslocou do Senegal para o Brasil entre os anos de 2016 e 2017 e Hashim, somali, que chegou no Brasil em 2018. Todos tiveram que deixar seus lugares de origem e sustentam um corredor migratório para cidades que se organizam em torno de atividades frigoríficas.

4 Transnacional e experiências de (des)integração social

Abuh é bengalês e viveu em Bangladesh até 2015. Antes disso, tinha uma família constituída por quatro pessoas. Dentre elas, um irmão que reside, atualmente, na França e contribui para a manutenção do grupo que ficou no lugar. O bengalês era comerciante de produtos alimentícios no centro comercial da capital Daka, quando as tensões sociais destruíram o lugar onde trabalhava e ganhava os recursos que sustentavam Lutfa - sua esposa - e sua filha recém-nascida, Abda. O lugar explodiu e um fragmento o atingiu. Abuh feriu o joelho direito e ainda toma remédios para poder trabalhar.

Bangladesh, lugar de nascimento de Abuh, é um dos países com maior densidade demográfica do mundo. Segundo o censo de 2015, há uma população estimada de 161 milhões em uma área de 144 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 1.237 pessoas por quilômetro quadrado. Sua emancipação do Paquistão aconteceu em 1971. Desde então, as disputas políticas se concentram entre dois principais partidos: o Partido Nacional de Bangladesh e a Liga Awami.

A polarização política é também consequência da instabilidade social e econômica. Em que pese a renda *per capita* do lugar ser de U$ 2.700, 43% da população vive com U$ 1.25 ao mês. Isso revela a desigualdade social do lugar e o fosso social que há entre os mais ricos e os mais pobres. A discrepância econômica também determina as classes sociais em Bangladesh. Ainda que seja um dos maiores exportadores da indústria têxtil e de

[12] ABDAR, Abuh. Entrevista realizada no dia 27/12/2019, aproximadamente 1 h e 30 minutos.

vestuário, a economia é predominantemente agrícola, onde mais de 43% da população, em 2010, realizava alguma ocupação sazonal na agricultura. Entre 2013 e 2014, a indústria têxtil atingiu 25 bilhões de dólares, 81% do total de exportações e 17% do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento relativamente forte do setor se comparado aos anos de 1983-84, quando o segmento correspondia a 0.5% do PIB. Mesmo que a economia de Bangladesh venha crescendo cerca de 6% ao ano, as migrações para fora do país não pararam de crescer. Chegou à casa dos 7.8 milhões em 2015 (ETZOLD, MALLICK, 2015, p. 1-2) e no último levantamento do Banco Mundial, realizado em 2018, as transações bancárias movimentaram 5,67% do PIB (THE WORLD BANK, 2019). Institucionalmente, o Estado-Nação de Bangladesh estimula a migração da população. Desde a década de 1970, quando se emancipou politicamente do Paquistão, o país desenvolve política de emigração com os países do Golfo petrolífero. O Estado criou uma legislação específica para a garantia de direitos trabalhistas de trabalhadores emigrados, abriu um banco nacional para gerir recursos provenientes das remessas dos emigrantes e articulou-se à Organização Mundial do Trabalho para a inserção de trabalho decente nos países de destino. Contudo, a migração dos bengaleses para o Brasil não se insere em rotas tradicionais reguladas pelo Estado bengalês (AMARAL; MILESI; MUÑOZ, 2014, p. 58-59).

Os dados acima revelam contexto de tensão social experimentado por Abuh, em especial, entre os anos de 2008 e 2009. Este período foi marcado por crises globais do capitalismo, cujos efeitos foram radicalização política e de afirmação nacionalista na organização do Estado bengalês. Quando visitamos o Abuh, em 2019, ele nos mostrou o primeiro holerite de pagamento, com a emissão datada de 2015. Tratava-se de um adiantamento de R$ 750.00, metade do seu salário, para poder pagar despesas relacionadas com aluguel e alimentação. Durante quatro anos guardou dinheiro para trazer a mulher e a filha. Atualmente eles moram juntos em Francisco Beltrão. A família reside em um porão, embaixo de quitinetes alugados para imigrantes senegaleses, próximos da fábrica onde Abuh trabalha desde 2015.

Imagem 1- Família de imigrantes bengalis: Lutfa, a menina Abda e o bebê Assad em convívio com a vizinhança



Fonte: Acervo dos autores, janeiro de 2020.

Em 2019, nasceu o pequeno Assad e a relação das pessoas da rua se estreitaram. A filha mais velha tem nove anos e se chama Abda. À medida que Abda passou a frequentar a escola infantil e a manter amizades com as crianças da rua, cresceu o vínculo dos bengaleses com o lugar. Ela é responsável pela tradução do português para o bengali falado pelos pais. Além de falar bengali, Abuh também se comunica em inglês e sabe um pouco de francês. Mas, tem dificuldade em falar o português, o que revela um nível

significativo de isolamento – quando comparado com os senegaleses que demoram, em média, dois anos para aprender o português –, já que mora no Brasil há cinco anos.

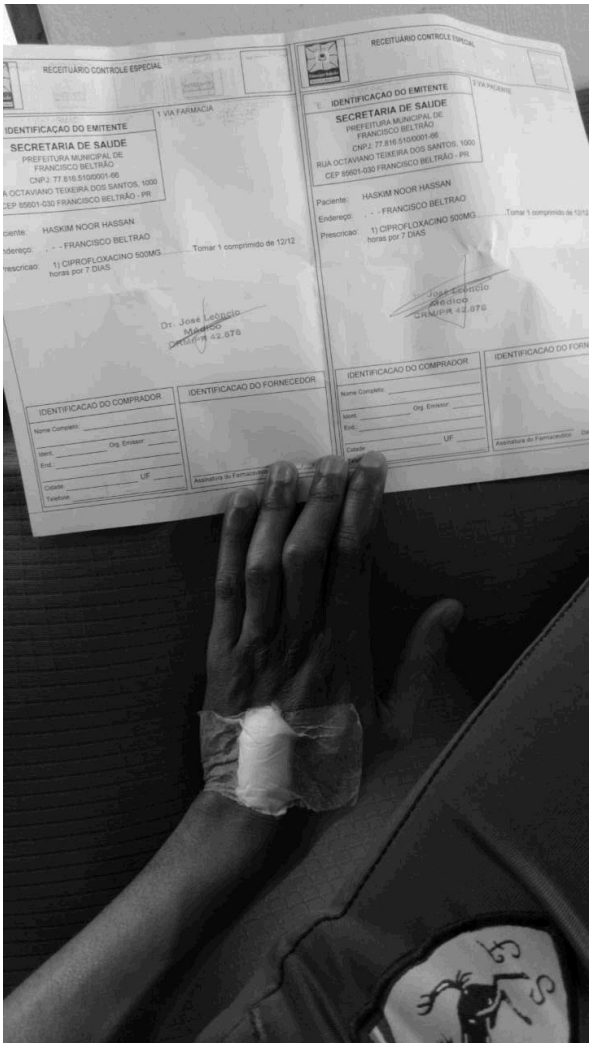
Contudo, a vinda da família constituiu uma rede de sociabilidade que parece se estabelecer entre os moradores da rua, a ponto de ser possível identificar relações de vizinhança. Dona Lena, que aparece na fotografia (Imagem 1), é uma das moradoras mais antigas e realiza a integração social entre os bengaleses e os nativos. O nascimento de Assad, no hospital, foi acompanhado por ela, bem como o acesso aos serviços públicos e à assistência social do local do CRAS (Centro Regional de Assistência Social). O acesso à saúde é um dos aspectos relevantes que ligam os bengaleses ao Estado. O atendimento hospitalar tem sido um dos lugares frequentado pelos bengaleses, a ponto de ser entendido como objeto de estudo por cientistas da área da saúde da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Os estudos apontam para as dificuldades encontradas entre os profissionais da saúde no atendimento aos bengaleses. Diferenças culturais e linguísticas, bem como o desconhecimento da legislação acerca da extensão dos direitos sociais aos imigrantes, contribui para estranhamentos no processo de acesso aos espaços públicos e acompanhamento médico-hospitalar.

> [...] Então eles não poderiam tomar injeção porque eles estavam em Ramadã. Mas a gente não sabe o que é. Eu não sei o que é esse Ramadã e por que não pode ser feito [...]
> [...] Já aconteceu de uns não aceitarem, irem embora e não receber a medicação. Aí, não tem o que você fazer, porque ele tem a crença dele e, então, ele não aceita [...]
> [...] Eu acho interessante a maioria deles falar que come comida apimentada. Por isso que eles querem, geralmente, omeprazol [...]
> [...] Então, eu acho que muita coisa que ocasionam eles a voltar com a mesma queixa é isso, são os hábitos que eles têm. Porque o brasileiro [...] tem que tomar banho todo dia, tem que trocar as coisas da rotina. Eles – a gente observa – que não têm isso, sentem coceira, coceira[...]
> [...] Eles fazem muito jejum. A religião deles, né? Aí, vem com um monte de queixa porque fica fraco [...]
> [...] Então, foi orientado (...) aqueles dados que vão entrar no cadastro de famílias, a gente não tem feito. Não por discriminação, mas pela comunicação ser difícil [...] (CARVALHO et al, 2020).

A partir da imagem que os nativos produzem dos imigrantes, os autores do estudo chegaram à conclusão que a experiência do atendimento hospitalar aos bengaleses é atravessada por incompreensões culturais, manifestadas na ideia que fazem dos imigrantes a partir da aparência e da linguagem. Para os autores do trabalho, o acesso à saúde ocorre mais pela ação do imigrante, ao procurar o direito de ser atendido, do que o preparo dos profissionais em lidar com questões sociais. Este fator fragiliza a Política de Atenção Básica, relativiza a cobertura universal dos Direitos Humanos, em especial aos avanços na área de atenção básica do SUS (Sistema Único de Saúde) (CARVALHO et al, 2020). Não raramente, o acesso ao Pronto Atendimento está relacionado à qualidade do trabalho aos quais os imigrantes estão submetidos.

Imagem 2 - Imigrante somali, em casa, depois de ter passado a manhã na Unidade de Pronto Atendimento devido à sobrecarga de trabalho



Fonte: Acervo dos autores, julho de 2020.

Os trabalhadores imigrantes ocupam os postos de maior rotatividade - como é o caso do setor da sangria terceirizada - desde a formação do monopólio BRF*foods.* A flexibilização do trabalho, determinada pela demanda de mercadoria manufaturada para exportação, constitui ambiente de trabalho hierárquico, vigiado e de ritmos acelerados. Nestas ocupações, predominam contratos de trabalho temporários redigidos em português, dificultando o conhecimento sobre os direitos trabalhistas, prazos de vigência e obrigações dos empregadores. Visitas a Unidade de Pronto Atendimento é consequência direta da sobrecarga de trabalho. Novos medicamentos, como o consumo de *paracetamol* e *dorflex* são implementados na dieta dos muçulmanos, assim como cremes de massagem

para dor nas articulações. Estes problemas são os primeiros sintomas de adoecimento do trabalho repetitivo e que não é exclusivo dos trabalhadores muçulmanos, em que pese a dimensão social. Este problema toma proporção maior quando vivido longe de casa. A segurança do trabalho e a saúde são agravadas quando não se conhece o idioma local, prejudicando o dignóstico médico ou regras básicas de proteção ao trabalho.

No mesmo prédio, morando em cima da família bengalesa, habitam jovens trabalhadores senegaleses que trabalham no frigorífico. Kalifah e Mabuye são dois deles. Eles migraram para Francisco Beltrão no ano de 2017. Antes de virem para o Sudoeste do Paraná, os senegaleses passaram por lugares como São Paulo (SP) e Guarujá (SP). Trabalharam no comércio como vendedores ambulantes e, atualmente, estão empregados no frigorífico da BRF*foods.*

Os trabalhadores senegaleses são, entre os habitantes da África Subsaariana, os que tem promovido a mais intensa imigração para o Brasil, especialmente a partir de 2008. No Sul do Brasil, é possível vê-los publicamente em lugares de comércio ambulante, onde conhecemos Omar.

Omar já trabalhou no frigorífico da BRF*foods* e, atualmente, vende roupas, aparelhos eletrônicos, capinhas para celular e uma série de pequenas mercadorias compradas na rua 25 de Março, em São Paulo. Ele não trabalha sozinho. Como ele, mais dois senegaleses vendem objetos em pontos e dias diferentes, sendo possível inferir a existência de uma mínima organização entre eles, no sentido de dividirem os espaços de vendas na cidade. Essa prática comercial é comum no Senegal e é reproduzida de maneira similar em lugares de migração senegalesa na Europa e em pequenas cidades do interior do Rio Grande do Sul (UEBEL, 2016, p. 68). Convivem com eles, na avenida Júlio Assis Cavalheiro, no centro da cidade, trabalhadores locais e migrantes nordestinos envolvidos nessa modalidade de comércio.

Omar, Kalifah e Mabuye falam, pelo menos, três idiomas em comum, além do português que aprendem conforme a necessidade na vivência dos espaços da cidade: i) língua tradicional (*wolof*); ii) língua colonial (francês); iii) língua da religião (árabe). A linguagem é algo que define identidades e pertencimento, no presente, aos vínculos

formados no passado. Apresenta-se como necessidade à medida que vivem o presente de estranhamento em cidades pequenas, tipicamente sulistas. Essas cidades, onde se organizou parte da cadeia avícola em franca expansão, são definidas por um passado de apropriação do lugar sob os marcos da cultura de descendentes de europeus com base na pequena propriedade rural, trabalho familiar e experiência com a criação de animais de pequeno porte.

Por outro lado, os jovens trabalhadores senegaleses provêm de regiões marcadas pela expropriação do trabalho e por uma estrutura política tradicional afetadas, sobretudo, pelo avanço da monocultura (amendoim), implantado durante o período de colonização francesa e expandido nos anos 1970. A partir da década de 1970, a participação de produtos primários para a economia do Senegal passou de 24% para 16%, em 2000 (TEDESCO, 2017, p. 245), contribuindo para a desestruturação no campo e aumento do comércio ambulante e posteriores processos de migração transnacional. Durante o mesmo período em que as transferências bancárias passaram a corresponder a 17% do PIB, em algumas áreas rurais as remessas enviadas pelos imigrantes são a garantia de permanência do grupo familiar no lugar de origem. Porém, esse fenômeno estimula a juventude à emigração, de modo que 3 milhões de senegalenses estão dispersos, principalmente em lugares como a Espanha, França e Itália (TEDESCO, 2017, p. 245-247).

No Senegal, a prática do islã sempre significou resistência à minoria branca cristã, de modo que 95% da população é muçulmana e se divide em quatro ordens: *Tadjanes*, *Mourides*, *Quadiryia* e *Layenne*. Estabelecem vínculos com grupos tradicionais, como os *wolofs* (43% das pessoas), *haalpulaars* (25%), *Sèrères* (14%), mandigues e *bassaris* (4%) (EMBAIXADA DO SENEGAL, 2010, p. 5-6).

Foi neste lugar que nasceu Mabuye. No Senegal, ele era agricultor e as relações políticas eram tensas e conflitantes entre os defensores das tradições *wolofs* e a juventude que busca "melhorar a vida". Ele tem um irmão que mora na Itália e juntos são responsáveis pela manutenção da família. A migração para lugares como a capital Daka, que ocupa 0,3% do território senegalês, concentra 22% da população do país e 53% das pessoas que vivem em cidades. Associar o futuro com ganhos a serem obtidos pela migração não é algo

incomum e tem cada vez mais tomado o discurso que justifica processos migratórios (JUNG, 2019, p. 48).

A recente onda de migração também constitui práticas de parte dos nativos que apresentam preconceitos raciais e religiosos, como afirmou Mabuye: "[...] eu também gosto de Jesus e quando sento no ônibus, antes do corona, ninguém quer sentar do meu lado [...]. Já me chamaram de macaco... eu gosto de todo mundo!"[13].

A despeito dos preconceitos estabelecidos pela hegemonia cultural, os trabalhadores senegaleses buscam, assim como os bengalis, a escola como centro de apreensão dos signos culturais e de aprendizado do português. O aprendizado do idioma e da linguagem nativa compõe dois objetivos. Um está situado no campo dos significados intrínsecos ao modo de trabalhar e de viver a sociabilidade no bairro, sendo a participação, ela mesma, formadora de vínculos com professores, alunos e comunidade escolar. O outro se inscreve no campo prático do domínio do idioma falado e escrito: decodificar regras laborais, contratos de trabalho e de aluguel, acompanhamento de sites de regularização e a solicitação de refúgio junto ao CONARE (Comitê Nacional para Refugiados) e à Polícia Federal.

Imagem 3 – Turma de imigrantes muçulmanos na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Colégio Estadual Tancredo Neves, em Francisco Beltrão

[13] MBENGUE, I. Entrevista realizada no dia 30/06/2020.



Fonte: acervo dos autores, fevereiro de 2020.

Os trabalhadores refugiados muçulmanos são de origem afro-asiática, naturais de lugares descolonizados no pós-Segunda Guerra Mundial. Esses lugares foram historicamente marcados pela exploração colonialista e pelo jugo, pelo menos institucional, de estruturas de dominação imperialista. Enquanto Estado-Nação, se desenvolveram na segunda metade do século XX, no processo de descolonização. Por outro lado, as relações sociais de países como Bangladesh, Paquistão, Senegal e Somália continuavam baseadas em estruturas tradicionais de trabalho e religião, à medida que se constituiu, a partir da década de 1970, lugares marcados pelo deslocamento humano, cujas economias são dependentes das remessas enviadas dos lugares de destino para os de origem.

A atual relação de trabalho tem pressionado esses imigrantes a promoverem constantes processos de migração dentro do território brasileiro e para fora dele. Pessoas como Hashim e Mbengue devem se adaptar constantemente à localidade do trabalho. Se por um lado, este fenômeno favorece a formação de redes sociais transnacional para o labor, por outro lado, os imigrantes vivem sob a condição de sujeitos vulneráveis à superexploração do trabalho e ao preconceito racial, religioso e linguístico.

5 Conclusões

Com base no estudo, é possível considerar um conjunto de mudanças nas relações sociais entre imigrantes e nativos. Isso implica reafirmar as alterações em escalas específicas (particularidades regionais) às noções gerais, como: migração, trabalho e industrialização. Esta constatação permitiu-nos identificar dois elementos importantes no processo de deslocamento dos trabalhadores imigrantes: i) a circulação de trabalhadores que se inserem em contexto de exploração e flexibilização do trabalho e; ii) se constitui acerca da formação de redes sociais entre imigrantes e imigrantes e/ou imigrantes com nativos permitindo ampliar a dimensão do atual fenômeno da migração chamado na literatura pelo nome de relações transnacionais.

No movimento de contradições internas próprias do momento de redefinição das relações de trabalho e arranjos de modo de viver, nos quais se inserem imigrantes e nativos, podemos destacar seis pontos a título de síntese: i) A formação de corredores migratórios em pequenas cidades do interior do Paraná com experiência na produção frigorífica; ii) Fortalecimento da cadeia produtiva do frango para exportação; iii) Presença de jovens trabalhadores afro-asiáticos; iv) migração de trabalhadores refugiados de São Paulo e de Rio Branco-AC para Francisco Beltrão-PR; v) Estabelecimento de novas relações entre trabalho e produção, sociabilidade e direitos sociais; vi) Desenvolvimento de novas práticas religiosas.

De maneira geral, essas mudanças se conectam ao movimento econômico global de empresas como a BRFfoods, as quais integram economicamente localidades de produção da carne aos lugares mundiais de consumo e de força de trabalho. Empresas como a BRF*foods* recebem apoio do Estado Nacional, a partir de fundos de pensão e subsídios, ao tempo em que buscam inserção ao mercado mundial. Os trabalhadores emigrados enviam transferências bancárias para países como Bangladesh, Senegal e Somália e movimentam, também, um mercado de compra e venda de dinheiro às empresas bancárias como a *Western Union Co*.

A produção de mercadoria, a circulação de força de trabalho, o envio de remessas e o consumo constituem os traços dominantes e estruturais os quais se inserem as migrações contemporâneas. Neste sentido, a totalidade parece articular localidades, como

Francisco Beltrão, às comunidades tribais do Senegal e da Somália, transformando-as, a medida em que se combinam circulação de pessoas e de mercadorias. O movimento aparente é a padronização do consumo, mas a essência é a difusão do trabalho precário, da migração sem proteção social e modos de vida cada vez mais efêmeros. Merece exame, em trabalho posterior, a questão de quais são as relações em diálogo e em conflito entre a ampliação do capitalismo e a tradições de grupos locais, tanto em localidades de emprego como nas localidades de envio de remessas.

Por ora, cabe-nos destacar que a hegemonia do modo de produção se assenta entre interesses da expansão do capitalismo global, por um lado, e as necessidades dos trabalhadores, por outro. Isso define as classes sociais e a luta entre elas no processo de produção. Para os empresários dos frigoríficos, a imigração de muçulmanos é lucrativa e desdobra como consequência das transações comerciais com países ricos pertencentes à Liga Árabe. Forma-se, contudo, um interesse comercial. Para os trabalhadores muçulmanos, a imigração carrega um conjunto de condições sociais e culturais, perpassando pela condição econômica familiar e conflitos político-civil à ética tradicional da imigração na qual os filhos mais velhos, geralmente homens, devem garantir o sustento de famílias extensas. Forma-se, contudo, uma necessidade social.

Diante da tensão entre trabalho e migração, os trabalhadores muçulmanos se conectam a lugares diferentes dos seus para enviar dinheiro para família em seus lugares de origem. Em de pequeno e médio porte como Francisco Beltrão, as pessoas vivem com costumes e tradições inventadas ao longo da segunda metade do século XX historicamente constituídas no decurso da colonização recente. Nessas regiões, a cultura em comum serviu de reconhecimento pessoal e de identidade local. Ainda que estes elementos contribuem para assegurar direitos, eles provocam alteridades favorece estigmatização e difusão de preconceitos.

Verificou-se que o acesso aos direitos humanos, como o trabalho de qualidade, a livre manifestação religiosa, à saúde e educação são essenciais para a integração dos imigrantes com os nativos, de maneira a assegurar o convívio social. Outra dimensão importante é o reconhecimento da pluralidade dos signos culturais e sua conexão com

valores universais. Este ponto, entretanto, só pode ser constituído a medida em que se articula entre os nativos e os imigrantes processos educativos, de lazer e sociabilidade, os quais sejam eles próprios os organizadores da agenda. Este tipo de relação já acontece de forma mais ou menos espontânea. No entanto, há a necessidade de sistematização e a criação de espaços de acolhida, encontros e de educação comunitária - idioma, linguagens, códigos e signos locais, globais e universais.

Bibliografia

BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Durval; ANTONIO DA SILVA, Sidney; ASSIS, Glaúcia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação; CONTINGUIBA, Marília Pimentel (Orgs.). *Imigração haitiana no Brasil*. Judiaí: Paco Editorial, 2017.

BAGGIO, Luiz C. Mulheres muçulmanas em Francisco Beltrão. In: *Jornal de Beltrão*, Francisco Beltrão, 21 nov. 2017. Disponível em: https://www.jornaldebeltrao.com.br/colunista/coluna-do-baggio/11517/mulheres-muculmanas-em-beltrao. Acesso em: 07 nov. 2010.

BOSI, A. *Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente: ensaio sobre o mundo dos trabalhadores (1980-2000).* 1. ed. Cascavel: Edunioeste, 2011. 130 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1991. *Sinopse Preliminar do Senso Demográfico – 1991, nº 20*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd_1991_v6_n20_pr.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

AMARAL, N. A; MILESI, R. MUÑOZ, F.F. Trabalhadores bengalis em Samambaia, Distrito Federal: potencial inserção no mercado de trabalho local. *Caderno de Debates Refúgio,*

Migrações e Cidadania, v. 9, n. 9. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2014. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-09_Ref%C3%BAgio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

CARVALHO, M. N. de et al. Experiências de atendimento à saúde de imigrantes bengaleses entre trabalhadores da atenção primária à saúde no Paraná, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública (CSP)*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n8/e00087019/. Acesso em: 23 nov. 2020.

DALLA COSTA, A. J. *Agroindústria brasileira contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura*. Tese (Doutorado em História), Paris, Universitè de la Sorbonne Nouvelle Paris III, 1997.

DE HASS, H. International migration, remittance and development: Myths and facts. *Third World Quarterly*, v. 26, n. 8, p. 1269-1284, 2005. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4017714?seq=1. Acesso em: 23 nov. 2020.

DIAZ, O. C. A Muridiyya e a internet: dinâmicas online de transnacionalização de uma confraria islâmica senegalesa. *Revista antropolítica*, Niterói, n. 42, 2017. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41892/pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

EMBAIXADA DO SENEGAL. *O livro na rua: Senegal*. Biblioteca do cidadão. Série Diplomacia ao alcance de todos. Brasília: Theseaurus Editora, 2010.

ETZOLD, B. MALLICK, B. Bangladesh: country profile. *Technical report*, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285371220_Bangladesh_Country_Profile. Acesso em: 23 nov. 2020.

FICO, C. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-49, jun./jul. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

GHISI, T. C.S. *O índice de desenvolvimento humano como o subsídio ao planejamento urbano no município de Francisco Beltrão – PR*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Curitiba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016.

GRANDO, G.D. *Trabalho industrial, identidade de classe e os trabalhadores das indústrias alimentícias COPAGRIL e FAVILLE em Marechal Cândido Rondon/PR*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em História), Cascavel, Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, 2013.

GUGLIELMI PEREIRA, F. Paternalismo, trabalhadores e a ocupação das terras em Francisco Beltrão-PR. In: BONAMIGO, C. A. et al. (Org.). *História: conflitos e diálogos*. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2015.

JUNG, P. R. *Desenvolvimento de processos migratórios do Senegal para o Brasil e suas alterações*. Tese (Doutorado em História), Lisboa, Portugal, Universidade de Lisboa, 2019.

LAZIER, H. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LENIN, V. *Imperialismo a fase superior do capitalismo*. (Versão on-line). Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

LIA, C. F.; COSTA, J. P. Imigrantes senegaleses: a presença muçulmana na Serra Gaúcha. In: *RIHGRGS,* Porto Alegre, n. 155, p. 185-209, dez. 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/86564/51342. Acesso em: 23 nov. 2020.

MARX, K. *O capital: crítica a economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEJÍA, M. R. G; AREND, C. Migrantes senegaleses em Lageado-RS e suas conexões transnacionais. In: TEDESCO, João Carlos (Org). *Imigração senegalesa: múltiplas dimensões*. Porto Alegre: EST Edições, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39371363/Imigra%C3%A7%C3%A3o_senegalesa_m%C3%BAltiplas_dimens%C3%B5es_Volume_II_Jo%C3%A3o_Carlos_Tedesco_Org_. Acesso em: 23 nov. 2020.

MINEIRO, A. O Brasil e a cadeia transnacional do processamento da carne. In: AGUIAR, Diana; TURA, Letícia (Org). *Cadeia Industrial da Carne: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos*. Rio de Janeiro: FASE, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/33016303/Cadeia_Industrial_da_Carne_Compartilhando_ideias_e_estrat%C3%A9gias_sobre_o_enfrentamento_do_complexo_industrial_global_de_alimentos. Acesso em: 23 nov. 2020.

PEREIRA, Niomar. Muçulmanos se refugiam no sudoeste do Paraná. In: *Jornal de Beltrão*, Francisco Beltrão, 23 fev. 2015. Disponível em: https://www.jornaldebeltrao.com.br/noticia/213937/muculmanos-se-refugiam-no-sudoeste. Acesso em: 07 nov. 2010.

RELATÓRIO BRF*foods.* In: *Relatório integrado de 2019*. Brasil, 2019. Disponível em: https://www.brf-global.com/sustentabilidade/como-atuamos/relatorio-integrado/. Acesso em: 23 nov. 2020.

SCHLESINGER, S. A cadeia produtiva de carnes no Brasil. In: AGUIAR, Diana; TURA, Letícia. *Cadeia Industrial da Carne: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos*. Rio de Janeiro: FASE, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/33016303/Cadeia_Industrial_da_Carne_Compartilhando_ideias_e_estrat%C3%A9gias_sobre_o_enfrentamento_do_complexo_industrial_global_de_alimentos. Acesso em: 23 nov. 2020.

SHARMA, S. O lugar do Brasil na cadeia transnacional. In: AGUIAR, Diana; TURA, Letícia. *Cadeia Industrial da Carne: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos*. Rio de Janeiro: FASE, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/33016303/Cadeia_Industrial_da_Carne_Compartilhando_ideias_e_estrat%C3%A9gias_sobre_o_enfrentamento_do_complexo_industrial_global_de_alimentos. Acesso em: 23 nov. 2020.

SPRANDEL, M. A. Marcos legais e políticas migratórias no Brasil. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata. (Org.). *Migrações e Trabalho.* Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Livro_Migracoes_e_TrabalhoWEB.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

TEDESCO, J. C. A imigração senegalesa: dimensões históricas, econômicas e socioambientais. In: GERHARDT, M.; NODARI, E. S.; MORETTO, S. P. (Eds). *História ambiental e migrações: diálogos.* São Leopoldo: Oikos/Editora UFFS, 2017. Disponível em:

https://docplayer.com.br/170496495-A-imigracao-senegalesa-dimensoes-historicas-economicas-e-socioambientais.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

TEDESCO, J. C. Com a faca no pescoço: trabalho, mercado e religião. A certificação *Halal* e os imigrantes nos frigoríficos de aves no sul do país. *Revista Signos*, Lajeado, v. 37, n. 2. 2016. Disponível em: http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/1084. Acesso em: 23/11/2020.

THE WORLD BANK. *Migration and Development Brief*. Migration and Remittances Unit, Development Prospects Group, n. 39, abr. 2019. Disponível em: https://www.knomad.org/sites/default/files/2019-04/Migrationanddevelopmentbrief31.pdf; https://data.worldbank.org/country. Acesso em: 23 nov. 2020.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

_____. E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

UEBEL, R. R. G. Panorama e perfil da imigração senegalesa no Rio Grande do Sul no início do Século XXI. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 28, p. 56-77, set. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312088597_Panorama_e_Perfil_da_Imigracao_Senegalesa_no_Rio_Grande_do_Sul_no_inicio_do_seculo_XXI. Acesso em: 23 nov. 2020.

WACHOWICZ, R. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987.

ZATTA, R. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do "vazio demográfico". In: *XV encontro de História Regional – 100 anos de Guerra do Contestado: historiografia, acervos e fontes*, Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=66437. Acesso em: 23 nov. 2020.